



Índice

- 01** Ministério Público estuda forma de concluir ampliação de terra indígena no Mato Grosso do Sul
- 02** Governo tem 90 dias para assentar comunidade indígena da BR-463
- 03** Cotas têm o potencial de mudar o perfil da sociedade brasileira
- 04** Manifestantes liberam acessos a Belo Monte após quatro dias de interdição
- 05** Olho no campo
- 06** Associação paga melhor preço de borracha natural de Mato Grosso
- 07** Queixa de indígenas determina vistoria em obras de nova reserva no Ceará
- 08** Comunidades indígenas de Rondônia recebem investimentos
- 09** IHU – Além de Belo Monte e outras barragens: o crescimentismo contra as populações indígenas
- 10** Português que venceu o World Press Photo com exposição na Casa das Artes
- 11** Marinha forma primeiros marinheiros fluviais indígenas no Amazonas
- 12** Semed reúne com lideranças indígenas para debater proposta de mudança na grade curricular
- 13** Petrobrás gasta R\$ 14 milhões "construindo" terra indígena do Ceará
- 14** Índios ameaçam fechar MS-156 por atraso na Sesai



- 15 Além de Belo Monte e outras barragens: o crescimentismo contra as populações indígenas
- 16 Quilombola Picadinha: Luta, Resistência e Vitória
- 17 Queixa de indígenas Anacé determina vistoria em obras de nova reserva no Ceará
- 18 Ministério Público quer demarcação de terra indígena em Poranga, no Ceará
- 19 MPF participa de abertura do Projeto Açaí de Educação Indígena
- 20 A morte das línguas indígenas
- 21 Justiça obriga União a comprar terras para famílias guarany-kaiwá em MS
- 22 Pescadores buscam melhorias para a atividade
- 23 Parceria entre ONU e Brasil estimula inclusão social de comunidades quilombolas
- 24 Miscigenação dificulta busca de brasileiros por um doador de medula óssea
- 25 Falta de médico perito causa atraso no recebimento de benefícios
- 26 MPF/RR, Dsei-Leste e Funai realizam ação de combate ao consumo de álcool em comunidades indígenas
- 27 Líderes do Paiter Suruí pedem que o projeto de carbono com Natura seja rescindido
- 28 Projeto de educação indígena visa a capacitação de professores, em RO
- 29 População atingida por Belo Monte poderá recorrer à câmara de conciliação e ouvidoria
- 30 Secretaria estuda meios de ter jogos indígenas no AM

Ministério Público estuda forma de concluir ampliação de terra indígena no Mato Grosso do Sul

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 13.01.2015



O Ministério Público Federal (MPF) em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, estuda as medidas que serão adotadas para forçar a Funai a finalizar a demarcação da Terra Indígena Ofayé-Xavante, que fica naquele município. A área de 1.937 hectares foi demarcada pela Portaria nº 264/92 do Ministério da Justiça, mas a colocação de marcos físicos nas divisas da terra, última etapa antes da homologação da demarcação pela presidente da República, ainda não foi cumprida pela Funai.

Em agosto passado, o MPF expediu recomendação à Funai para que finalizasse o procedimento demarcatório. Divulgamos aqui no #QI. A Fundação solicitou, por duas vezes, extensão do prazo inicial de 30 dias, no que foi atendida. Por fim, informou que a demarcação física estaria prevista para o biênio 2014/2015, mas não apresentou qualquer documento que comprovasse a afirmação. Para o Ministério Público Federal, a lentidão expõe os índios à insegurança jurídica e toda sorte de dificuldades decorrentes da não demarcação da área.

De acordo com o MPF, as ações judiciais que contestam a ampliação da demarcação da área ofayé-xavante já foram todas julgadas. O último recurso foi rejeitado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que teria reconhecido a demarcação da Funai em 2009. "Não há, portanto, nenhum impedimento legal ou judicial para a continuação do procedimento administrativo de demarcação", destaca o MPF.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 6/ 2015

Brasília, 14 de janeiro de 2015.

Em 1997, a Companhia Energética de São Paulo (CESP), anunciou a construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta no Rio Paraná e foi pressionada a arranjar uma área que abrigasse os índios ofayé-xavante. Cesp e Funai celebraram acordo para transferir os índios para uma área de 484 hectares onde os índios vivem hoje.

Em 2002, o MPF firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com a CESP, em que a empresa se comprometeu a comprar mais uma área para os índios.



Governo tem 90 dias para assentar comunidade indígena da BR-463

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 13.01.2015

O Governo Federal deverá comprar um lote de terra em Dourados (MS), correspondente a um módulo rural (30 hectares), para acolher indígenas da etnia guarani-kaiowá que vivem na Comunidade Curral do Arame (Tekoha Apika'y), às margens da BR-463. A área deve ser adquirida em até 90 dias e será indicada pela comunidade indígena, que lá permanecerá até a demarcação definitiva da terra. A ordem de reintegração de posse contra parte da comunidade que ocupa uma fazenda na região foi suspensa.

A decisão, da 1ª Vara da Justiça Federal de Dourados, atendeu a ação ajuizada pelo Ministério Público Federal. Caso não a cumpra, o ministro da Justiça poderá ser acionado judicialmente. "Determino desde já a expedição de ofício ao procurador geral da República para a apuração de crime de responsabilidade", determina a Justiça.

Segundo o MPF, "os indígenas vivem em situação desumana e que lhes expõe a risco de morte iminente e concreto, inclusive, já morreram oito membros da comunidade vitimados por atropelamentos". Os guarani vivem sem instalações sanitárias e acesso à energia elétrica, e utilizam água imprópria para o consumo humano, que coletam em um riacho da região, contaminado por agrotóxicos de lavouras do entorno. Esta situação de vulnerabilidade já dura 12 anos.

A medida dá efetividade a direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 231, a Constituição reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Entenda o caso

A área de terra reivindicada pelos indígenas de Curral do Arame está abrangida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 12 de novembro de 2007 pelo MPF e a Funai, para a demarcação das terras de ocupação tradicional indígena na região centro-sul do estado.

Para o MPF, mesmo passando por dificuldade e enfrentando violência, "os indígenas insistem motivados pela profunda ligação material e espiritual com a terra de seus antepassados. A resistência desta pequena comunidade, ao longo desses anos, por si só, já comprova esta ligação".

Segundo estudo antropológico, os índios da comunidade foram expulsos de suas terras tradicionais para a expansão da agricultura e da pecuária. Parte desta população foi recrutada para trabalhar em fazendas da região como mão de obra barata até que se tornaram "incompatíveis" com a produção.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 6/ 2015

Brasília, 14 de janeiro de 2015.

Os índios resistiram em deixar suas terras, ocupando áreas de reserva legal de propriedades rurais, mas foram obrigados a fugir após a morte do patriarca da família, Hilário Cário de Souza, em 1999, atropelado por funcionário da fazenda que ocupava.

Desde então, os guarani passaram a viver na fina faixa de domínio da rodovia, em barracos improvisados, em frente à terra que reivindicam como tradicional. Além das precárias condições estruturais, o acampamento indígena Curral do Arame já foi queimado duas vezes, a última em grande incêndio ocorrido na região em 2013.

Correio Do Estado



Cotas têm o potencial de mudar o perfil da sociedade brasileira

SÍTIO CEDEFES, 13.01.2015

Cotas têm o potencial de mudar o perfil da sociedade brasileira, afirma Nilma Lino Gomes

Lembra da polêmica de um parecer que considera um livro de Monteiro Lobato racista? A autora do documento é a nova ministra da Seppir, Nilma Lino Gomes. "As pessoas não leram o parecer. Leram matérias estampadas em veículos e criou-se a ideia de que estava vetando a obra", explica.

Nilma é a entrevistada do "Fala, Ministro" e também comenta sua gestão à frente da pasta e a importância de ações afirmativas para "mudar o perfil da sociedade brasileira, transformando-a em uma sociedade realmente justa e democrática". Confira abaixo.



Nilma Lino: "As pessoas leram muito mais manchetes por vários veículos e redes sociais. Criou-se a ideia que o parecer estava vetando a obra do Lobato." Foto: RafaB - Gabinete Digital/PR

Nilma Lino: "As pessoas leram muito mais manchetes por vários veículos e redes sociais. Criou-se a ideia que o parecer estava vetando a obra do Lobato." Foto: RafaB – Gabinete Digital/PR

CONT.



A senhora é uma defensora histórica de políticas afirmativas, criticadas por boa parte da sociedade. Qual a sua opinião sobre a importância dessas medidas para a promoção da justiça social no Brasil?

Eu diria que as políticas de ações afirmativas são políticas que ajudam qualquer sociedade que as implementa a fazer uma série de correção de desigualdades históricas. No caso dos negros e do Brasil, eu penso que elas são importantes para que possam colocar a população negra num lugar de visibilidade social, de visibilidade política, embora, muitas vezes, essas políticas sejam vistas pelo lado negativo, e não pelo lado da cidadania, do direito. Elas são importantes para que o Estado saia de um lugar de uma neutralidade estatal e assuma políticas de correção de injustiças históricas, contribuindo para a construção da justiça social.

Eu acho, que a médio e longo prazo, o potencial que essas políticas têm é de fazer uma mudança no próprio perfil da sociedade, no perfil, no caso, que a população negra tem na sociedade brasileira para que nós possamos ter a oportunidade de ver pessoas negras nos mais diversos espaços sociais por um direito e por uma intervenção do Estado de incidir com políticas na realidade social para garantir esses direitos [...] para que a gente alcance uma sociedade que seja realmente democrática, equânime, igualitária e com justiça social.

O que a senhora tem a dizer sobre o seu parecer em relação à obra “Caçadas de Pedrinho” do escritor infantil Monteiro Lobato?

O parecer surgiu de uma denúncia que foi feita, à época, à Ouvidoria da Seppir. A Ouvidoria encaminhou a denúncia para diferentes órgãos como o Conselho do DF, o Ministério da Educação e também para o Conselho Nacional de Educação. O Conselho então se posicionou, através de um parecer, e eu fui a relatora. Esse parecer o que ele faz é dar orientações, ele faz contextualizações para o sistema de ensino e para as escolas em relação não só a essa obra, mas em relação a obras literárias cujos estudos críticos hoje mostram a presença de estereótipos raciais. O que nós fizemos foi orientar as editoras que inserissem uma nota explicativa nos livros falando sobre a questão dos estereótipos raciais na obra do Lobato, assim como em outras obras literárias falando do contexto hoje no Brasil, da superação do racismo, enfim, como um ato educativo.

O que aconteceu, à época, é que esse parecer foi mal interpretado por vários setores da mídia, dos setores literários, pela sociedade civil. As pessoas não leram o parecer, leram muito mais manchetes espalhadas por vários veículos midiáticos e também por conversas nas redes sociais e criou-se a ideia que o parecer estava vetando a obra do Lobato, de que o parecer estava mandando tirar livros das bibliotecas, inverdades foram criadas. Isso virou uma discussão em nível nacional, que eu acho inclusive que é uma discussão formadora e educativa. Esse parecer então foi reexaminado, a pedido do MEC. No reexame, nós retiramos o que estava escrito como nota explicativa que estava dando margem para muitas interpretações equivocadas, e colocamos aquilo que o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) já orienta as editoras para a publicação de livros, que houvesse uma contextualização do autor e da obra sobre a questão dos estereótipos raciais na literatura e que isso fosse incluído nas novas edições do livro.

CONT.



Além dessa contextualização, o parecer prevê que a formação do professor inclua a discussão dos estereótipos raciais na literatura e das questões ligadas ao racismo. Porque o professor é o grande mediador na hora da criança trabalhar em sala de aula com livro, com uma obra literária. Ele faz uma mediação. E nessa mediação, esse professor enquanto formador e educador, ele tem que ter subsídio para poder orientar essa criança. Para explicar às crianças que hoje nós estamos em outros tempos. Para que o professor consiga conduzir o debate para que não se criem situações de constrangimento para as crianças negras dentro da escola, que aquilo que está numa personagem não possa se transformar em apelidos pejorativos, por exemplo, para crianças negras dentro da escola. Nós estamos falando de livros que são escolhidos didaticamente, pedagogicamente, para alfabetização e para contribuir numa formação escolar, que as crianças vão ter acesso dentro das escolas. Nós estamos falando de uma dimensão pública da literatura. Essa contextualização é importante, evidentemente, sem ferir o caráter literário da obra.

Como será sua gestão à frente da Seppir?

A Seppir já tem 11 anos de funcionamento e uma série de trabalhos já iniciados das gestões que vieram antes de mim. Então, na minha gestão, o que eu tenho chamado atenção é de dar continuidade ao trabalho da Seppir em quatro grandes eixos que esta Secretaria já desenvolve vendo aquilo que nós já construímos, aquilo que precisamos avançar e trazendo olhares novos: o eixo das ações afirmativas, da questão quilombola e dos povos de comunidades tradicionais, da nossa juventude – com enfoque na juventude negra – e também na internacionalização e aí pensando na internacionalização articulando América Latina e região e também África, com foco também nos países africanos de língua portuguesa, pelo nosso diálogo, que nos aproxima pela questão da própria língua etc.

Além disso, o diálogo com os outros ministérios, porque a política de promoção da igualdade racial não é algo exclusivo da Seppir, a política de promoção da igualdade racial é de todos nós. A superação do racismo, a construção de oportunidades iguais, essa é uma política e uma ação cidadã que envolve toda a sociedade brasileira.

Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/>

Manifestantes liberam acessos a Belo Monte após quatro dias de interdição

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 13.01.2015

*Lideranças discutirão reivindicações em reuniões com o MPF e Governo.
Protesto bloqueou trechos de rodovia que dão acesso a canteiros de obras.*



Em protesto, índios e ribeirinhos impediram a circulação de veículos da Norte Energia e CCBM nos quilômetros 27 e 40 da rodovia Transamazônica, que dão acesso aos canteiros de obras da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. (Foto: Mário de Paula / TV Liberal)

Após interditar por quatro dias trechos da rodovia Transamazônica que dão acesso aos canteiros de obras da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, cerca de 60 índios e ribeirinhos decidiram encerrar o protesto e liberar, na tarde desta terça-feira (13), o fluxo de veículos na altura dos quilômetros 27 e 40, próximo a Altamira, no sudeste do Pará.

As lideranças aceitaram participar de duas reuniões para discutir a pauta de reivindicações. A primeira deverá ocorrer ainda nesta terça (13) com o Ministério Público Federal (MPF) e a outra está marcada para a próxima terça-feira (20), em Altamira, e deve contar com a presença de representantes do Governo Federal.

O grupo pede agilidade no cumprimento do Plano Básico Ambiental, que envolve um conjunto de condições que devem ser cumpridas pela Norte Energia, empresa responsável pelo

CONT.



empreendimento, como contrapartida para a comunidade afetada pela obra. O PBA é um dos requisitos legais para a concessão da licença de construção da usina. Entre as principais cláusulas do plano estão construção de casas para índios que moram na cidade, melhorias na infraestrutura das aldeias, construção de postos de saúde e pagamento de indenizações para pescadores que podem ter sua atividade prejudicada pela barragem. De acordo com a Norte Energia, a empresa cumpre o PBA e tem, inclusive, um comitê de acompanhamento do Plano composto por representantes dos índios.

Desde da última segunda-feira (12), representantes da Casa de Governo seguiram para o local para mediar a liberação da rodovia. O fluxo de veículos era liberado pelos manifestantes a cada meia hora para evitar congestionamentos. Porém, operários e trabalhadores de empresas terceirizadas estavam proibidos de passar pelo trecho para ir até os canteiros de obra da usina hidrelétrica.

No domingo (11), dois ônibus de empresas que prestam serviços para o Consórcio Construtor Belo Monte, responsável pelo trabalho de engenharia civil no canteiro, foram incendiados. Ninguém ficou ferido.



Olho no campo

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 13.01.2015

A avanço da reforma agrária deve ser uma das bandeiras prioritárias do movimento sindical.

Caetano Roque.

Um dos pontos mais importantes da Plataforma CUT da Classe Trabalhadora é a defesa do avanço da reforma agrária no Brasil, garantindo a terra como meio de produção e geração de renda para as famílias que vivem do campo. Mesmo com a política do governo federal que acelerou as demarcações é preciso ficar atento para que esse trabalho se amplie e que não fique só por aí. É preciso fiscalização e controle das áreas para evitar o mau uso da terra.

Avançar no processo de demarcação de terras indígenas e de territórios quilombolas conferindo segurança institucional às condições materiais de existência das populações ameríndias e quilombolas em território brasileiro.

A questão da demarcação das terras é fundamental para a classe trabalhadora, já que promove a justiça baseada na reformulação da interpretação dos conflitos opressores às populações indígenas e quilombolas do campo, da cidade e da floresta. Desde o descobrimento do Brasil, assistimos ao massacre das populações nativas. Suas terras foram expropriadas e nada lhes foi dado em troca, muito pelo contrário.

Neste sentido, é preciso promover a desconcentração da propriedade da terra e a manutenção das famílias no campo, através da reforma agrária. Isso alivia também os problemas sociais das regiões metropolitanas, como é o caso da Grande Vitória, que concentra hoje 62% da população capixaba.

Cria novas oportunidades de trabalho, tirando o foco da produção de commodities, que dominam a produção, prejudicando o meio ambiente e oprimindo o trabalhador urbano. Isso sem falar na melhoria da produção de alimentos.

Mas é preciso ficar atento. Para que isso funcione, é preciso garantir a revisão dos índices de produtividade e estabelecimento do limite de produtividade de terra para 35 módulos fiscais, além de promover a regularização fundiária e o cadastramento de unidades domésticas rurais.

Assegurar a produção agrícola diversificada, com a utilização de técnica de produção agroecológicas, que busquem o aumento da produtividade das áreas, conciliando-a com o respeito ao trabalhador e ao meio ambiente é outro desafio.

Acima disso, é preciso democratizar o acesso à terra, à água e aos bens da natureza, impedindo que as grandes empresas se apropriem e monopolizem esses recursos naturais.

Alimentos de qualidade para a sociedade!

Associação paga melhor preço de borracha natural de Mato Grosso
SÍTIO TOP NEWS, 13.01.2015



Enquanto em Mato Grosso o preço médio pago pelo látex não chega a dois reais o quilo, os moradores da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt receberam R\$ 4,50 por quilo na última safra da borracha. A produção total na Resex é de 14 toneladas por safra.

Só é possível os extrativistas receberem este valor porque eles conseguiram acessar recursos da Política de Garantia de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio. Executado pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab desde 2009, a política é, na prática, uma subvenção aos extrativistas que comercializam produtos da sociobiodiversidade, garantindo o pagamento do preço mínimo na venda desses produtos.

Garantir que os moradores da Resex recebam um valor justo pela sua produção extrativista é um dos objetivos desenvolvidos pelo projeto Pacto das Águas, patrocinado pela Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental. “Além de contribuir na geração de renda para a comunidade, a cultura da seringa tem resultados direto na manutenção da floresta em pé”, explica Emerson de Oliveira, técnico do projeto na região.

Além do preço pago a mais peça subvenção, a Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Guariba Roosevelt Rio Guariba – Amorarr inovou ao fazer uma gestão e pagar a produção de forma antecipada às famílias. O que pelos trâmites normais da política, cada família demoraria até 30 dias para receber a diferença.

CONT.



O Pacto das Águas acredita que incentivar a produção tradicional dos extrativistas é uma maneira eficiente de ajudá-los a conservar sua cultura e ser um estímulo mais para que os jovens permaneçam nas terras. Além da produção da seringa, o projeto Pacto das Águas também assessora tecnicamente na produção da castanha-do-Brasil, além de ajudar na instalação da infraestrutura necessária no desenvolvimento da atividade, que, somente na Resex, gira em torno de 50 toneladas.

O Pacto das Águas ajudou na elaboração de um projeto desenvolvido pela Amorarr para o melhoramento da produção da farinha de mandioca. Emerson explica que o projeto vai ao encontro das necessidades da comunidade. "Além da castanha e da seringa, a produção da farinha de mandioca é uma atividade tradicional, exercida pelas mulheres e que precisava de auxílio", complementa.

Os seringueiros dos rios Guariba e Roosevelt, reconhecidos como os povos da floresta, são remanescentes do ciclo da borracha na Amazônia, cuja ocupação na região Noroeste de Mato Grosso teve início em 1879. A economia dos seringueiros é baseada no manejo intensivo da biodiversidade, como a extração do látex da seringueira do óleo de copaíba e da castanha do Brasil. A comunidade é composta aproximadamente por 60 famílias, distribuídas em 40 colocações (moradias) e comunidades às margens dos Rios Guariba, Roosevelt e Rio Branco, com uma área de aproximadamente 137.600 hectares.

Sobre o Pacto das Águas

Estimular e consolidar estratégias de desenvolvimento econômico pautadas na manutenção da floresta e respeito a cultura das populações. Este é o principal objetivo do projeto Pacto das Águas, que há oito anos atua na região Noroeste de Mato Grosso e Sudeste de Rondônia, apoiando o manejo florestal comunitário, como a seringa e a castanha, envolvendo mais de 3 mil pessoas.

Os seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, a única em Mato Grosso, integram essa iniciativa juntamente com vários povos indígenas: Cinta Larga, das Terras Indígenas Serra Morena e Parque Indígena do Aripuanã; Rikbaktsa, da Terra Indígena Japuira; Gavião e Arara, da Terra Indígena Igarapé Lourdes; Tupari, Aruá, Makurap e outros, da Terra Indígena Rio Branco.

Além de ser considerada como uma das mais bem sucedidas experiências em alternativas de geração de renda pautadas na conservação das florestas na Amazônia, o Pacto das Águas ajuda a garantir a conservação de 1,8 milhão de hectares de floresta amazônica, considerando a área ocupada pelos povos participantes do projeto.



Queixa de indígenas determina vistoria em obras de nova reserva no Ceará
SÍTIO PORTAL EBC, 13.01.2015

Helena Martins - Repórter da Agência Brasil

Lideranças indígenas procuraram o Ministério Público Federal (MPF) no Ceará para apontar problemas e pedir fiscalização das obras de implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacé. A reserva começou a ser construída para reassentar 163 famílias anacés, já que parte do território tradicional em que vivem será ocupado pela Refinaria Premium II, da Petrobras.

Os índios argumentam que o projeto utilizado pela Construtora Batista Cavalcante, responsável pela construção das casas, de uma escola e um posto de saúde, bem como pela instalação de sistemas de abastecimento de água e esgoto, não está seguindo o que foi proposto por eles. A localização das casas, por exemplo, teria sido alterada, assim como a altura. Eles também apontam fragilidades no alicerce das residências, que estaria sendo construído sem material de boa qualidade.

A reunião de hoje, no MPF, contou com a participação de lideranças anacés. Oportunidade em que a Secretaria de Infraestrutura do Ceará (Seinfra) assegurou que mantém dois engenheiros fiscalizando as obras. Segundo a Seinfra, as construções seguem o que foi estabelecido no edital de licitação, inclusive em relação aos materiais utilizados, e estão dentro do prazo.

Mesmo assim, o MPF determinou novo encontro, na próxima semana, com participação da empresa construtora, bem como uma vistoria no local das obras, no dia 21 deste mês. Na opinião de Júnior Anacé, o acompanhamento do MPF é muito importante. "É um avanço grande, e nós não ficaremos calados, porque a conquista da reserva indígena foi uma luta de muitos anos. Recurso tem para ser gasto", destacou.

Procurada pela Agência Brasil, a construtora afirmou que segue as determinações, e utiliza materiais de boa qualidade. "O projeto veio com a especificação do órgão, a gente só está executando dentro da especificação", disse o diretor Paulo Silva, e acrescentou que as fiscalizações são frequentes.

A construção da reserva foi acordada pelas comunidades indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o MPF, o governo estadual e a Petrobras. As discussões sobre a desapropriação começaram em 2010 e o termo de compromisso para a construção da nova reserva foi feito em 2013. A empresa recebeu o terreno como doação do governo, que pagou R\$ 15 milhões pela área.

Já os recursos das obras da reserva, no valor de R\$ 13.752.248,23, serão garantidos por meio de convênio com a Petrobras.

CONT.



A Refinaria Premium II, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, produzirá óleo diesel, querosene de aviação, nafta petroquímica, gás de cozinha, combustível para navio e coque. De acordo com informações da estatal, terá capacidade de processamento de 300 mil barris por dia.

As obras deveriam ter sido concluídas em 2013, mas o projeto de implantação da refinaria está sendo reanalisado no contexto do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras, segundo a assessoria de imprensa da companhia. A nova previsão de investimento será definida após a fase de licitações dos serviços de construção e montagem, quando o projeto será reavaliado economicamente, antes de sua aprovação final.

A Petrobras também esclareceu que as obras da Reserva indígena Taba dos Anacé são de responsabilidade do governo do Ceará, conforme convênio celebrado com a Petrobras, em novembro de 2013.

Editor: Stênio Ribeiro



Comunidades indígenas de Rondônia recebem investimentos

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 13.01.2015

Os materiais serão utilizados pelos profissionais da Secretaria de Saúde Indígena

As atividades educativas da área da Saúde desenvolvidas nas comunidades indígenas Karipuna, Karitiana e Cassupá ganharão um importante reforço. Na tarde de ontem, segunda-feira, dia 12, a Santo Antônio Energia entregou para o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Porto Velho livros, jogos, painéis, mobiliário, scanner, um barco e uma carreta para o transporte da embarcação.

Os materiais serão utilizados pelos profissionais da Secretaria de Saúde Indígena nas atividades socioeducativas sobre saúde bucal, planejamento familiar e nutrição. "Receber estes materiais representa um avanço nas ações da equipe do DSEI que é composta por enfermeiros, assistentes sociais, dentistas e médicos que atuam nessas comunidades onde vivem 640 indígenas", declarou o coordenador do Distrito Sanitário Indígena, Jaumir Marques.

Esta foi a segunda entrega de materiais para o DSEI. A primeira ocorreu em setembro do ano passado com o repasse de computadores, câmeras fotográficas, motores para barcos, mobiliário, entre outros equipamentos. Uma terceira entrega está prevista com o repasse de materiais odontológicos e de escritório.

As ações fazem parte do Termo de Cooperação Mútua assinado em 2014 pela Santo Antônio Energia e o DSEI. As ações pactuadas neste termo de cooperação integram o PBA - Componente Indígena, documento que estabelece ações de mitigação e compensação aos povos indígenas sob a influência indireta da hidrelétrica Santo Antônio.

Além da entrega dos materiais, o documento prevê ainda a reforma e ampliação da Casa de Saúde Indígena (Casai) de Porto Velho. As obras estão em andamento com previsão de término para o primeiro semestre deste ano.



IHU – Além de Belo Monte e outras barragens: o crescimentismo contra as populações indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.01.2015

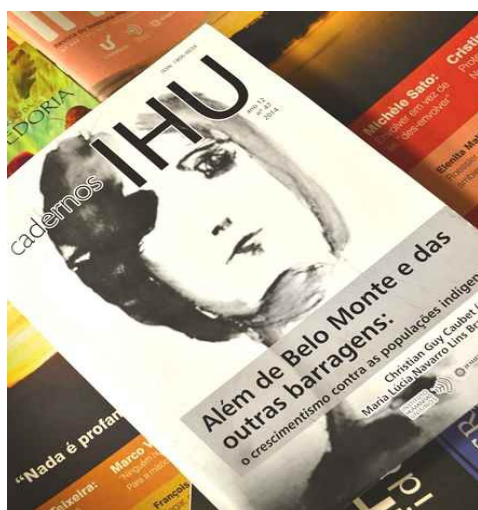
"O projeto da UHE Belo Monte é um emblema desta situação de não-direito: não há norma, seja de direito ambiental, urbanístico, financeiro, e de direitos humanos, de caráter constitucional ou não, que não possa ser violada, diante da premência política de se injetar bilhões de reais (saídos dos cofres públicos) numa obra cujos resultados são duvidosos" – Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski.

Este é o debate da 47ª edição do Cadernos IHU, que tem como título "Além de Belo Monte e outras barragens: o crescimentismo contra as populações indígenas".

A publicação reúne uma série de artigos que ajudam a compreender melhor os impactos da construção da usina hidrelétrica – UHE – de Belo Monte na questão dos direitos conferidos aos territórios indígenas.

Ela conta uma breve história sobre a UHE, aprofundando nos motivos que levaram ao início do projeto, desde a necessidade de energia no Brasil, além dos principais fatores que envolveram o leilão e da ajuda do governo para viabilizar a obra.

Localizada no Rio Xingú, Pará, a construção foi projetada para ser a terceira maior usina hidrelétrica do mundo. De acordo com os artigos da publicação, a história de Belo Monte é marcada pela violência e pelo desrespeito aos direitos das comunidades indígenas e de outras populações que vivem no local, que deverão sofrer os impactos da obra.



Violação de direitos

Além disso, são citados nos artigos os direitos vigentes no Brasil que protegem as comunidades indígenas, como por exemplo a Convenção 169 da OIT, a forma como os mesmos estão sendo violados e quais as principais formas de violência que estas comunidades sofrem.

Estão incluídos também os principais artigos presentes na Constituição Federal de 1988, como o 2º parágrafo do Art. 231, no qual afirma que "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 6/ 2015

Brasília, 14 de janeiro de 2015.

Esta é apenas uma das normas vigentes no país que buscam preservar os direitos reservados aos índios no Brasil. Contudo, fatos recentes na história do país levam a crer que, apesar de possuímos leis criadas para defender a integralidade das terras indígenas, a segurança e a preservação destes povos estão sendo desrespeitados. Belo Monte é um exemplo disso, pois da forma com que o projeto vêm sendo feito, viola todos estes direitos.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Hélio Gusmão.

Português que venceu o World Press Photo com exposição na Casa das Artes
SÍTIO COMUM ONLINE, 13.01.2015



Daniel Rodrigues, fotógrafo e natural de Riba de Ave, retrata, na sua mais recente exposição na Casa das Artes, em Vila Nova de Famalicão, o dia-a-dia dos Awá Guajá.

A tribo indígena representada vive na Floresta Amazônica, no estado brasileiro do Maranhão e está dividida em quatro aldeias: Awá, Tiracambú, Juriti e Guajá. A comunidade que quotidianamente luta pela sobrevivência, é ajudada por algumas instituições que concedem roupas e alguns utensílios para uma vida diária mais facilitada. O objetivo desta tribo é, essencialmente, o de proteger as árvores da floresta amazônica, bem como encabeçar as expedições pela floresta.

Daniel Rodrigues, vencedor do prémio da categoria "Daily Life" (vida quotidiana) do World Press Photo em 2013, espelha nesta exposição fotográfica a tribo mais ameaçada do mundo. Em abril de 2014, Daniel Rodrigues estava no Brasil a fazer um trabalho sobre o Mundial de Futebol para o semanário Expresso, quando decidiu viver "uma experiência inesquecível", disse

CONT.



o próprio. O jornalista afirmou ainda que durante três semanas viveu uma realidade que não era a dele, uma realidade completamente diferente daquela que estamos habituados a ver. O freelancer tentou não se aproximar muito, de forma a captar a essência da tribo constituída por mais de 400 pessoas.

O trabalho, intitulado "Awá Guajá – A luta pelas origens", mereceu já a distinção da crítica internacional, tendo recebido duas menções honrosas. A primeira, no "Moscow International Photo Awards", na categoria de "Photo Essay" e a segunda, no "Photo Contest NDAwards", na categoria de "Photojournalism/Story".

A exposição está aberta ao público até ao dia 31 de janeiro. A entrada é gratuita.



Marinha forma primeiros marinheiros fluviais indígenas no Amazonas

SÍTIO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 13.01.2015

A Marinha do Brasil formou, no dia 15 de dezembro de 2014, os primeiros marinheiros fluviais indígenas no Amazonas. Dois indígenas da etnia Dessana da comunidade de São João do Tupé e outros 29 comunitários do Lago do Tupé e do Paricatuba concluíram o Curso de Formação de Marinheiros Fluviais Auxiliares de Máquinas e Convés.

Para o Comandante do 9o Distrito Naval, vice-almirante Domingos Savio Almeida Nogueira, a participação dos indígenas serve de exemplo para a população. "Eles são exemplo para o que nós temos que fazer em toda a Amazônia. Se os índios podem tirar a carteira, se os ribeirinhos podem tirar a carteira, todos podem tirar a carteira. Essa é a mensagem que nós queremos levar ao grande público", afirmou.

O indígena José Maria Diakuru, destacou que, com a carteira de habilitação, vai navegar pelos rios da região com mais segurança. "Eu andava fugindo da fiscalização e, a partir de agora, não vou mais andar fugindo. Vou passar na frente deles (equipe de inspeção) com colete salva-vidas. O que eu aprendi vou pôr em prática", disse. O curso foi oferecido gratuitamente pelo Centro Técnico de Formação de Fluviais da Amazônia Ocidental.

Fonte: Folha Militar - <http://www.mar.mil.br>



Boletim de Notícias - Edição nº 6/ 2015

Brasília, 14 de janeiro de 2015.

Semed reúne com lideranças indígenas para debater proposta de mudança na grade curricular

SÍTIO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 13.01.2015

Secretaria de Educação de Santarém realiza reunião com lideranças indígenas para a discussão de carga horária e a reformulação da grade curricular para estudantes indígenas, com, por exemplo, a inclusão de línguas indígenas no currículo oficial do sistema de ensino municipal.

Link do vídeo: <http://globotv.globo.com/tv-tapajos/bom-dia-santarem/v/semed-reune-com-liderancas-indigenas-para-debater-proposta-de-mudanca-na-grade-curricular/3889178/>

Fonte: G1 - <http://www.g1.globo.com>

Petrobrás gasta R\$ 14 milhões "construindo" terra indígena do Ceará
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 14.01.2015



Lideranças indígenas procuraram o Ministério Público Federal (MPF) no Ceará para apontar problemas e pedir fiscalização das obras de implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacé. A reserva começou a ser construída para reassentar 163 famílias anacés, já que parte do território tradicional em que vivem será ocupado pela Refinaria Premium II, da Petrobras.

Os índios argumentam que o projeto utilizado pela Construtora Batista Cavalcante, responsável pela construção das casas, de uma escola e um posto de saúde, bem como pela instalação de sistemas de abastecimento de água e esgoto, não está seguindo o que foi proposto por eles. A localização das casas, por exemplo, teria sido alterada, assim como a altura. Eles também apontam fragilidades no alicerce das residências, que estaria sendo construído sem material de boa qualidade.

A reunião de hoje, no MPF, contou com a participação de lideranças anacés. Oportunidade em que a Secretaria de Infraestrutura do Ceará (Seinfra) assegurou que mantém dois engenheiros fiscalizando as obras. Segundo a Seinfra, as construções seguem o que foi estabelecido no edital de licitação, inclusive em relação aos materiais utilizados, e estão dentro do prazo.

Mesmo assim, o MPF determinou novo encontro, na próxima semana, com participação da empresa construtora, bem como uma vistoria no local das obras, no dia 21 deste mês. Na opinião de Júnior Anacé, o acompanhamento do MPF é muito importante. "É um avanço grande, e nós não ficaremos calados, porque a conquista da reserva indígena foi uma luta de muitos anos. Recurso tem para ser gasto", destacou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 6/ 2015

Brasília, 14 de janeiro de 2015.

Procurada pela Agência Brasil, a construtora afirmou que segue as determinações, e utiliza materiais de boa qualidade. "O projeto veio com a especificação do órgão, a gente só está executando dentro da especificação", disse o diretor Paulo Silva, e acrescentou que as fiscalizações são frequentes.

A construção da reserva foi acordada pelas comunidades indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o MPF, o governo estadual e a Petrobras. As discussões sobre a desapropriação começaram em 2010 e o termo de compromisso para a construção da nova reserva foi feito em 2013. A empresa recebeu o terreno como doação do governo, que pagou R\$ 15 milhões pela área.

Já os recursos das obras da reserva, no valor de R\$ 13.752.248,23, serão garantidos por meio de convênio com a Petrobras.

Com informações da Agência Brasil.



Índios ameaçam fechar MS-156 por atraso na Sesai
SÍTIO CAPITAL NEWS, 14.01.2015

Com os salários atrasados, motoristas e administrativos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) ameaçam fechar a MS-156, rodovia que liga Dourados a Itaporã. O pagamento era para ser feito no quinto dia útil, mas não há previsão de quando os funcionários vão receber. No polo da Sesai em Dourados estão sem receber 15 motoristas e 5 técnicos administrativos. O problema não se restringe ao município, pois parte de funcionários de polos espalhados pelo Estado também não receberam o mês de dezembro.

A Sesai é a área do Ministério da Saúde responsável por coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Para atender os índios, o órgão terceiriza empresas que são responsáveis pela contratação de funcionários em diferentes serviços como limpeza, vigilante, motoristas, administrativos e saúde (médicos e técnicos em enfermagem).

No estado, de acordo com o site Dourados News, somente a empresa responsável pela contratação de motoristas e técnicos administrativos não recebeu recursos do Ministério da Saúde. Segundo o motorista Ivan Ávila esse problema ocorreu em janeiro do ano passado, culminando com o fechamento da rodovia em fevereiro, quando teve ainda um protesto em geral por melhorias na saúde indígena em Dourados. "E não há data prevista para recebermos, por causa disso suspendemos o trabalho", informou. Os motoristas são responsáveis em transportar pacientes e profissionais da saúde.

O cacique Laucídio Ribeiro, da aldeia Jaguapiru, em Dourados, se solidariza com os funcionários com salários em atraso e promete ajuda para chamar a atenção ao caso. "Vamos esperar até amanhã, se não sair nenhuma resposta iremos convocar a comunidade para fechar a rodovia", avisa. Quando ocorre fechamento da MS-156 somente veículos como ambulância e bombeiros têm permissão para passar. Pedras e galhos são colocados na rodovia para barrar os veículos. Conforme apurou a reportagem junto a Sesai, o problema no pagamento ocorreu no Ministério da Saúde, em Brasília, que ainda não repassou o dinheiro para a empresa. Não há informação sobre quando será efetuado a quitação dos salários em atraso.



Além de Belo Monte e outras barragens: o crescimentismo contra as populações indígenas

SÍTIO CEDEFES, 14.01.2015

"O projeto da UHE Belo Monte é um emblema desta situação de não-direito: não há norma, seja de direito ambiental, urbanístico, financeiro, e de direitos humanos, de caráter constitucional ou não, que não possa ser violada, diante da premência política de se injetar bilhões de reais (saídos dos cofres públicos) numa obra cujos resultados são duvidosos" – Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski

Este é o debate da 47ª edição do Cadernos IHU, que tem como título "Além de Belo Monte e outras barragens: o crescimentismo contra as populações indígenas".

A publicação reúne uma série de artigos que ajudam a compreender melhor os impactos da construção da usina hidrelétrica – UHE – de Belo Monte na questão dos direitos conferidos aos territórios indígenas.

Ela conta uma breve história sobre a UHE, aprofundando nos motivos que levaram ao início do projeto, desde a necessidade de energia no Brasil, além dos principais fatores que envolveram o leilão e da ajuda do governo para viabilizar a obra.

Localizada no Rio Xingú, Pará, a construção foi projetada para ser a terceira maior usina hidrelétrica do mundo. De acordo com os artigos da publicação, a história de Belo Monte é marcada pela violência e pelo desrespeito aos direitos das comunidades indígenas e de outras populações que vivem no local, que deverão sofrer os impactos da obra.

Violação de direitos

Além disso, são citados nos artigos os direitos vigentes no Brasil que protegem as comunidades indígenas, como por exemplo a Convenção 169 da OIT, a forma como os mesmos estão sendo violados e quais as principais formas de violência que estas comunidades sofrem.

Estão incluídos também os principais artigos presentes na Constituição Federal de 1988, como o 2º parágrafo do Art. 231, no qual afirma que "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Esta é apenas uma das normas vigentes no país que buscam preservar os direitos reservados aos índios no Brasil. Contudo, fatos recentes na história do país levam a crer que, apesar de possuímos leis criadas para defender a integralidade das terras indígenas, a segurança e a preservação destes povos estão sendo desrespeitados. Belo Monte é um exemplo disso, pois da forma com que o projeto vêm sendo feito, viola todos estes direitos.

Via Helio Gusmão Kaiowá-Casaldaliga.

Fonte: <http://www.unisinis.br>



Boletim de Notícias - Edição nº 6/ 2015

Brasília, 14 de janeiro de 2015.

Quilombola Picadinha: Luta, Resistência e Vitória

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.01.2015

Onildo Lopes dos Santos

Uma vitória forjada na luta e na união de milhares de lutadore(a)s que não pedem licença para lutar pelos seus direitos eternamente adiado pelos governantes. Entrevista com Ramão Castro, liderança quilombola do Mato Grosso do Sul. Um a contribuição do Tribunal Popular da Terra ferramenta de luta construída por diversas organizações do movimento popular do Mato Grosso do Sul.

[Assista ao vídeo.](#)

Queixa de indígenas Anacé determina vistoria em obras de nova reserva no Ceará
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.01.2015

Por Helena Martins, da Agência Brasil



Lideranças indígenas procuraram o Ministério Público Federal (MPF) no Ceará para apontar problemas e pedir fiscalização das obras de implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacé. A reserva começou a ser construída para reassentar 163 famílias anacés, já que parte do território tradicional em que vivem será ocupado pela Refinaria Premium II, da Petrobras.

Os índios argumentam que o projeto utilizado pela Construtora Batista Cavalcante, responsável pela construção das casas, de uma escola e um posto de saúde, bem como pela instalação de sistemas de abastecimento de água e esgoto, não está seguindo o que foi proposto por eles. A localização das casas, por exemplo, teria sido alterada, assim como a altura. Eles também apontam fragilidades no alicerce das residências, que estaria sendo construído sem material de boa qualidade.

CONT.



A reunião de hoje, no MPF, contou com a participação de lideranças anacés. Oportunidade em que a Secretaria de Infraestrutura do Ceará (Seinfra) assegurou que mantém dois engenheiros fiscalizando as obras. Segundo a Seinfra, as construções seguem o que foi estabelecido no edital de licitação, inclusive em relação aos materiais utilizados, e estão dentro do prazo.

Mesmo assim, o MPF determinou novo encontro, na próxima semana, com participação da empresa construtora, bem como uma vistoria no local das obras, no dia 21 deste mês. Na opinião de Júnior Anacé, o acompanhamento do MPF é muito importante. "É um avanço grande, e nós não ficaremos calados, porque a conquista da reserva indígena foi uma luta de muitos anos. Recurso tem para ser gasto", destacou.

Procurada pela Agência Brasil, a construtora afirmou que segue as determinações, e utiliza materiais de boa qualidade. "O projeto veio com a especificação do órgão, a gente só está executando dentro da especificação", disse o diretor Paulo Silva, e acrescentou que as fiscalizações são frequentes.

A construção da reserva foi acordada pelas comunidades indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o MPF, o governo estadual e a Petrobras. As discussões sobre a desapropriação começaram em 2010 e o termo de compromisso para a construção da nova reserva foi feito em 2013. A empresa recebeu o terreno como doação do governo, que pagou R\$ 15 milhões pela área.

Já os recursos das obras da reserva, no valor de R\$ 13.752.248,23, serão garantidos por meio de convênio com a Petrobras.

A Refinaria Premium II, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, produzirá óleo diesel, querosene de aviação, nafta petroquímica, gás de cozinha, combustível para navio e coque. De acordo com informações da estatal, terá capacidade de processamento de 300 mil barris por dia.

As obras deveriam ter sido concluídas em 2013, mas o projeto de implantação da refinaria está sendo reanalisado no contexto do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras, segundo a assessoria de imprensa da companhia. A nova previsão de investimento será definida após a fase de licitações dos serviços de construção e montagem, quando o projeto será reavaliado economicamente, antes de sua aprovação final.

A Petrobras também esclareceu que as obras da Reserva indígena Taba dos Anacé são de responsabilidade do governo do Ceará, conforme convênio celebrado com a Petrobras, em novembro de 2013.

Edição: Stênio Ribeiro.

Foto: Luta dos Anacé contra Petrobras em 2009. Tania Pacheco.



Ministério Público quer demarcação de terra indígena em Poranga, no Ceará
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 14.01.2015

Em razão da omissão abusiva na demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pela comunidade indígena Tabajara e Kalabaça, na localidade de Cajueiro, em Poranga (CE), o Ministério Público Federal em Crateús (MPF/CE) ingressou com ação civil pública na Justiça Federal para condenar a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) a iniciarem o procedimento de identificação e demarcação da terra indígena e a pagarem indenização por danos morais coletivos aos indígenas.

De acordo com o MPF, a ocupação tradicional indígena em Cajueiro está comprovada por estudos acadêmicos e antropológicos e é reconhecida pela própria Funai, que presta assistência local aos índios Tabajara e Kalabaça. O Ministério da Saúde, nacionalmente por intermédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena e, localmente, pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará, também presta assistência à saúde dos povos indígenas há vários anos.

O MPF apurou, porém, que a Funai sequer iniciou procedimento de demarcação no local, e informou que não havia previsão para constituição de novos grupos técnicos de trabalho enquanto não fossem concluídos os procedimentos em curso, por motivo de estrutura e recursos humanos escassos.

"Por conta dessa omissão, a comunidade indígena Tabajara e Kalabaça vem sofrendo sucessivos prejuízos, pois na localidade existe conflito entre indígenas e posseiros não-indígenas desde 2007, quando ocorreu a retomada da terra pela comunidade indígena, e a disputa envolve também a utilização da palha das carnaúbas para fins artesanais situadas na área em litígio", detalha a procuradora da República Sara Moreira, autora da ação ajuizada pelo MPF.

Na petição inicial da ação civil pública, o MPF pede que seja determinado, em antecipação de tutela, que a União e a Funai, no prazo máximo de 120 dias, iniciem o procedimento de identificação e demarcação da Terra Indígena de Cajueiro e observem, durante a execução, os prazos legais, até a conclusão dos referidos trabalhos.

O mapa da Questão Indígena está atualizado. [Veja aqui.](#)



MPF participa de abertura do Projeto Açaí de Educação Indígena

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 14.01.2015

Professores indígenas são qualificados para atuar na educação nas aldeias

O Ministério Público Federal (MPF) participou da abertura da terceira edição do Projeto Açaí, realizada ontem, 12 de janeiro, em Presidente Médici. Na abertura estavam presentes o procurador da República Daniel Dalberto, a Secretária Estadual de Educação Fátima Gavioli, representantes da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e 120 alunos indígenas de mais de 30 etnias.

O Projeto Açaí possui recursos federais, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e é executado em Rondônia pelo governo estadual, através da Seduc. O projeto é voltado para a formação de professores de educação infantil e das séries iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental, preservando a diversidade linguística, intercultural e histórica das etnias atendidas.

“O desenvolvimento do país depende de mudança positiva da atual realidade da educação. É nesse sentido que o Projeto Açaí é essencial para a população indígena de Rondônia. O MPF tem feito seu papel de zelar pela correta aplicação do dinheiro público e pelo respeito aos direitos dos povos indígenas”, disse o procurador.

O curso é dividido em oito fases e tem duração de três anos. Segundo a Seduc, em 2014 o Projeto Açaí formou 136 alunos indígenas no ensino médio, que podem atuar como professores de ensino fundamental. Uma das modalidades mais importantes – e obrigatória – do projeto é o aprendizado da língua materna. A importância da disciplina se baseia na preservação do universo sociocultural específico de cada etnia. As aulas são bilíngues e, preferencialmente, ministradas por professores indígenas.

Fonte: MPF/RO (www.prro.mpf.gov.br), com informações da Seduc/RO.



A morte das línguas indígenas

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 14.01.2015

Museu do Índio prevê extinção de 45 a 60 idiomas, até 2030, e considera perda irreparável para o patrimônio linguístico-cultural

Vitor Abdala
da Agência Brasil

O Brasil corre o risco de perder, no prazo de 15 anos, um terço de suas línguas indígenas, estima o diretor do Museu do Índio, José Carlos Levinho. Atualmente, os índios brasileiros falam entre 150 e 200 línguas e devem ser extintas, até 2030, de 45 a 60 idiomas.

“Um número expressivo de povos, inclusive na Amazônia, tem cinco ou seis falantes apenas. Nós temos 30% [das línguas] dos cerca de 200 povos brasileiros com um risco de desaparecer nos próximos dez ou 15 anos, porque você tem poucos indivíduos em condições de falar aquela língua”, alerta Levinho.

Segundo ele, desde que o Museu do Índio iniciou um trabalho de documentação de línguas dos povos originais, chamado de Prodoclin, em 2009, os pesquisadores do projeto viram dois idiomas serem extintos, o apiaká e o umutina.

“Tem também a situação de [línguas faladas por] grupos numerosos, em que você tem um número expressivo de pessoas acima de 40 anos falando o idioma mas que, ao mesmo tempo, tem um conjunto de jovens que não falam mais a língua e não estão interessados em mantê-la. Então, você não tem condições de reprodução e manutenção dessa língua. A situação é um tanto quanto dramática. Esse é um patrimônio que pertence não só à comunidade brasileira como ao mundo”, destaca Levinho.

É uma perda irreparável tanto para as culturas indígenas quanto para o patrimônio linguístico-cultural mundial. Especialistas e indígenas ouvidos pela Agência Brasil afirmam que esses idiomas, que levaram séculos para se desenvolver, são fundamentais para a manutenção de outras manifestações culturais, como cantos e mitos.

Além disso, as línguas são sistemas complexos que, uma vez estudados e compreendidos, podem contribuir para uma melhor compreensão da própria linguagem humana. Indígenas ouvidos pela reportagem também consideram seu idioma materno um instrumento de autoafirmação da identidade e da cultura.

Quem também acredita que essa extinção possa ocorrer nos próximos anos é o linguista Wilmar da Rocha D'Angelis, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenador do

CONT.



grupo de pesquisas Indíomas, especializado em línguas nativas do território brasileiro. Sua estimativa é que pelo menos 40 línguas sejam perdidas no prazo de 40 anos.

“Nenhum linguista gosta de fazer esse tipo de vaticínio, até porque nosso papel costuma ser o de contribuir para que tais línguas minoritárias se fortaleçam e desenvolvam estratégias de sobrevivência”, destaca D'Angelis. “Eu arriscaria dizer que devem se extinguir, nos próximos 40 anos, a média de uma língua por ano”, completa.

O número de idiomas falados por indígenas brasileiros varia de uma fonte para outra, já que a definição de fronteiras entre as línguas é um exercício subjetivo, que depende de fatores como critérios gramaticais, linguísticos e até políticos. D'Angelis estima que existam no Brasil entre 150 e 160 idiomas.

No site do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da Universidade de Brasília (UnB) há uma lista com 199 idiomas.

O portal Ethnologue.com, que funciona como um banco de dados das línguas faladas hoje no mundo, lista cerca de 170 línguas indígenas com falantes vivos no Brasil. Entre esses idiomas, 37 são considerados quase extintos, ou seja, os falantes são idosos e têm pouquíssima oportunidade de usar o idioma. Há ainda 23 línguas consideradas moribundas, ou seja, são faladas apenas pela faixa etária mais velha da população, mas ainda são usadas no cotidiano por essas pessoas.

Excluindo-se essas 60 línguas, sobram cerca de 110 que ainda são usadas pelas parcelas mais jovens da população. Mesmo assim, é preciso considerar que muitas delas têm poucos falantes. D'Angelis diz, por exemplo, que 100 línguas brasileiras têm menos de mil falantes.

O pesquisador lembra que cerca de mil idiomas indígenas brasileiros foram extintos nos últimos 500 anos. “Na esmagadora maioria dos casos, a extinção se deu junto com a extinção da própria comunidade de falantes, isto é, os próprios índios”, afirma o pesquisador.



Justiça obriga União a comprar terras para famílias guarany-kaiwá em MS

SÍTIO PANTANAL NEWS, 14.01.2015

Prazo para aquisição das terras é de três meses, segundo decisão. Ministro da Justiça pode ser processado se decisão for descumprida.

Por G1 MS / Redação Pantanal News

A Justiça Federal em Mato Grosso do Sul obrigou a União a adquirir 30 hectares de terra para assentar indígenas da etnia guarany-kaiwá em Dourados, distante 214 quilômetros de Campo Grande. O pedido foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF), conforme divulgado pelo órgão nesta segunda-feira (12).

Segundo a decisão, o governo federal terá prazo de três meses para transferir a comunidade Curral do Arame para um novo local. Em caso de descumprimento, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, poderá ser processado por crime de responsabilidade.

O G1 entrou em contato com a assessoria do Ministério da Justiça (MJ), mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

Os indígenas vivem às margens da BR-463, em Dourados. O MPF constatou que vivem em condições degradantes, com risco iminente de morte. Oito membros da comunidade já morreram atropelados na rodovia. A situação se arrasta há 12 anos, segundo o órgão.

A área reivindicada pelos guarany-kaiwá está regida sob um termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado em 2007 pelo MPF e a Fundação Nacional do Índio (Funai), para a demarcação das terras ocupadas tradicionalmente pelos índios.

Ainda conforme o Ministério Público, um estudo antropológico apontou que os indígenas foram expulsos de suas terras tradicionais devido à expansão da pecuária e agricultura. A comunidade resistiu e continuou vivendo na região.

Após a morte do proprietários das terras, em 1999, os guarany-kaiwá se transferiram para as margens da BR-463, próximo à área que reivindicam. Segundo o MPF, o acampamento de barracos improvisados já sofreu com incêndios, o mais recente em 2013.

Pescadores buscam melhorias para a atividade

SÍTIO NOTISUL, 14.01.2015

Nas lagoas da região, o camarão, siri, tainha, parati e peixe-rei fazem parte das espécies nativas

Laguna



A pesca artesanal é uma das atividades mais antigas do litoral catarinense e renda de muitas famílias. Foto: Marco Bocão/Prefeitura de Laguna/Notisul

Preocupados com a situação atual das águas do complexo lagunar, uma reunião foi realizada ontem na comunidade de Campos Verdes, em Laguna, entre pescadores artesanais e integrantes da União das Associações de Pescadores da Ilha (UAPI).

“Reunimos mais 112 pescadores e um grupo de advogados para levantarmos algumas questões sobre as mortes dos peixes ocorridas nos últimos dias, o odor nas lagoas e outras ocorrências que prejudicam a economia e o meio ambiente”, explica a presidenta da UAPI, Maria Aparecida dos Santos Ramos.

A presidenta ressalta que este primeiro encontro foi necessário para que amanhã (hoje) as observações sejam levadas a uma reunião com as lideranças locais no Centro Cultural Santo Antônio dos Anjos, na Cidade Juliana.

“Neste segundo momento levaremos ao poder públicos e às entidades o diagnóstico atual do complexo. A situação precisa ser analisada para não prejudicar ainda mais os pescadores e a população. Nossa bandeira é mantermos a renda familiar que está cada vez mais escassa”, ressalta Maria Aparecida.

Fazem parte do grupo representantes de cinco municípios que possuem lagoas: Laguna, Jaguaruna, Imbituba, Imaruí e Pescaria Brava. “A morte das savelhas pelo calor das águas é um fator ainda a ser discutido, assim como outras questões que atualmente influenciam na atividade. São pontos externos que devem ser investigados e evitados”, argumenta Maria Aparecida.



Parceria entre ONU e Brasil estimula inclusão social de comunidades quilombolas
SÍTIO CEDEFES, 14.01.2015

Projeto do PNUD permitirá a regularização fundiária dos territórios quilombolas, com base na consolidação de um banco de dados cartográfico dos territórios já homologados.

Um projeto para a regularização fundiária dos territórios quilombolas permitirá a essas comunidades ter acesso aos direitos de cidadania, beneficiando-se de políticas públicas e realizando projetos com o governo e a sociedade civil.

A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação Ford e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vinculada à Presidência da República, em apoio ao Programa Brasil Quilombola.

“A parceira do PNUD com a SEPPIR abre possibilidades para que o Brasil crie o que chamo de uma segunda geração de políticas de inclusão”, disse Luiza Bairros, ministra da SEPPIR, reafirmando o compromisso com os objetivos do projeto “Quilombos Sustentáveis”, cujos primeiros passos foram dados em 2013, na busca de soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais das comunidades quilombolas.

Em 2013, a compilação de dados nacionais e estaduais permitiu a consolidação de um banco de dados cartográfico dos territórios quilombolas já homologados. Foram identificados 65 territórios, sendo que oito apresentavam pendências na precisão da demarcação de suas áreas. Com o apoio do IBGE, o projeto contou também com a realização do “Mapa da Distribuição Espacial da População Segundo a Cor ou Raça – Pretos e Pardos – Brasil”.

Entre outras atividades, realizou-se o levantamento junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) sobre o acesso das comunidades quilombolas a mercados institucionais de escoamento de produtos agrícolas e a realização de 13 oficinas de formação sobre a Convenção 169, que trata especificamente dos direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fonte: ONU Brasil.



Miscigenação dificulta busca de brasileiros por um doador de medula óssea

SÍTIO ZH, 14.01.2015

Cadastro de doadores voluntários é composto por apenas 11,96% de negros e 13,30% de pardos

Dez anos depois de o Brasil incrementar o banco de doadores voluntários passando dos 3 milhões de pessoas engajadas na causa, a busca por um alguém capaz de salvar a vida com alguns mililitros de sangue ainda não foi resolvida. Hoje, a chance de encontrar alguém compatível é de 0,001%. Ou seja, uma pessoa a cada 100 mil acham esse doador no Brasil.

Encontrar um par perfeito, aquela pessoa que tem o sistema imunológico igualzinho ao do paciente é uma tarefa bastante desigual. Segundo a médica Belinda Pinto Simões, responsável pela unidade de transplante do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, o Brasil é muito peculiar devido à grande miscigenação — mistura de raças —, o que dificulta ainda mais a busca por um par perfeito. No cadastro, a maioria é de pessoas brancas, representando 44,18%.

— Precisamos que mais pessoas negras, pardas e indígenas se sensibilizem e se cadastrem — disse Belinda.

Segundo constatou o diretor do Centro de Transplante de Medula Óssea do INCA, Luis Fernando Bouzas, em sua tese de doutorado, em países com uma maior uniformidade populacional, como a Alemanha e o Japão, é possível encontrar um doador para os nativos, quando o registro alcança um milhão de doadores, para 85 a 90% dos receptores.

Ana Luiza Cunha da Costa, seis anos, viveu este drama. Quando foi diagnosticada com aplasia medular, há três anos, não encontrou ninguém compatível entre os familiares nem no banco de voluntários. Foi aí que os pais Gerciani Cunha da Costa, 39 anos, e Alex Gularte da Costa, 46 anos, decidiram gerar um bebê para salvá-la. Antônia foi selecionada geneticamente em laboratório para ser 100% compatível com a irmã e há cinco meses, depois de completar um ano de vida, emprestou um pouco da sua para recuperar a de Ana Luiza.

ZH acompanhou quase 10 meses da luta da família de Gravataí, na Região Metropolitana de Porto Alegre, e publica na sexta-feira um webdocumentário e um site especial falando da importância de se tornar um doador de medula óssea.

— É uma benção poder salvar a vida de uma pessoa estando vivo só com um pouquinho de sangue. É um procedimento tão simples, mas que faz uma diferença e tanto para muita gente — exclama Gerciani.

CONT.



Distribuição étnica de doadores no país

Não informado — 18,34%

Amarela — 3,73%

Branca — 44,18%

Indígena — 8,49%

Parda — 13,30%

Preta — 11,96%

Apesar de o Brasil ocupar a 3º posição em números absolutos de doadores cadastrados, conforme dados do Bone Marrow donors Worldwide (BMDW), rede mundial de doadores de medula, se for calculado o percentual da população, apenas 1,66% dos brasileiros estão disponíveis para salvar uma vida em vida.

Mas não basta a empolgação. O doador precisa entender o significado que ingressar no banco de doadores voluntários representa. A chefe do Serviço de Hematologia Clínica e Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Liane Daudt, afirma que um dos problemas do cadastro brasileiro é a falta de comprometimento do doador voluntário de medula óssea.

— Não tem nada mais frustrante para a equipe e para o paciente do que identificar um doador e não conseguir contatá-lo por falta de dados cadastrais — lamentou Liane.

A estimativa da Sociedade Brasileira de Transplante de Medula Óssea é de que entre 30 a 40% dos voluntários não mantêm os dados atualizados.

Preste atenção!

Mais grave do que a falta de diversidade étnica de doadores é a falta de leitos para realizar os transplantes. O assunto será apresentado nesta quinta-feira, no segundo dia da série de reportagens sobre transplante de medula óssea.

*Colaborou Thaís Martins



Falta de médico perito causa atraso no recebimento de benefícios

SÍTIO PORTAL EBC, 14.01.2015

Benefícios como auxílio doença e aposentadoria por invalidez só podem ser concedidos com laudo desse profissional

Beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) da Previdência Social de Tabatinga e mesorregião do Alto Solimões, estão sem conseguir benefícios como auxílio doença e aposentadoria por invalidez por falta de médico perito.

Os indígenas da região, por exemplo, estão desde o meio do ano de 2014 sem médico perito do INSS, afirma a Coordenadora Regional da FUNAI do Alto e Médio Solimões, Misslene Mendes. "A nossas altas demoras são em relação aos indígenas que procuram os benefícios de auxílio doença e aposentadoria por invalidez", afirma Misslene Mendes. A coordenadora também informou que Funai entrou com pedido de providências junto ao Ministério Público Federal.

Os associados do Sindicato do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tabatinga, também enfrentam problemas para ter acesso aos benefícios previdenciários que dependem desse tipo de perícia. De acordo com Franciedson Ferreira, presidente do sindicato, sete agricultores aguardam pelo laudo do médico do INSS.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), enviou uma nota dizendo que o perito da agência de Tabatinga, está enfrentando problemas de saúde, o que tem ocasionado o seu afastamento para tratamento. Por esse motivo a Gerência-Executiva do INSS em Manaus, vai deslocar um médico para realizar os atendimentos de perícia médica na região.



Boletim de Notícias - Edição nº 6/ 2015

Brasília, 14 de janeiro de 2015.

MPF/RR, Dsei-Leste e Funai realizam ação de combate ao consumo de álcool em comunidades indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.01.2015

Ação acontece nesta sexta, 16/1

MPF/RR

O Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) realiza nesta sexta-feira, 16 de janeiro, na comunidade indígena Três Corações, localizada no município de Amajari, uma ação de conscientização e combate ao consumo de bebida alcoólica em terra indígena.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei-Leste) serão parceiros no projeto, que busca diminuir os problemas sociais e de saúde pública causados pelo consumo excessivo do produto em comunidades indígenas. Vários casos têm sido relatados pelos próprios indígenas ao MPF/RR.

O procurador da República Gustavo Kenner Alcântara, titular do ofício que atua na defesa dos índios e minorias, estará no município participando do evento. "O alcoolismo é um problema de saúde pública, devendo assim ser tratado. Em Roraima há várias reclamações dos próprios indígenas e organizações indígenas acerca da problemática, o que deve ser um norte para atuação do MPF e demais órgãos envolvidos na questão", pontua.

Após a mobilização dos órgãos no município de Amajari, serão programadas ações similares em outras comunidades indígenas do estado. A ideia é estabelecer um calendário anual para trabalhar o tema junto aos povos indígenas.

"Toda atuação nesse sentido deve, necessariamente, passar pela autonomia da organização social da própria comunidade indígena. O que não se pode admitir é a interferência externa de comerciantes, que, sem o consentimento da comunidade, inserem, com objetivos econômicos, o álcool industrializado nas comunidades, causando desagregação social, conflitos e prejuízos à saúde", destaca o procurador da República.



Líderes do Paiter Suruí pedem que o projeto de carbono com Natura seja rescindido
SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 14.01.2015

Após apresentarem várias críticas e denúncias em relação à gestão do projeto, principalmente, à perda de autonomia e à divisão do povo.

Em uma Nota de Esclarecimento encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF) de Rondônia na última semana, lideranças do povo Paiter Suruí posicionam-se sobre o Projeto de Carbono Paiter Suruí e o Plano de Gestão de Cinquenta Anos do Povo Paiter Suruí, implementados na Terra Indígena Sete de Setembro. Após apresentarem várias críticas e denúncias em relação à gestão do projeto, principalmente, à perda de autonomia e à divisão do povo, dentre outras, no final do documento as lideranças demandam que “o Projeto de Carbono Paiter Suruí seja extinto e que as associações possam elaborar e executar projetos que garantam uma autonomia de verdade para as comunidades, com desenvolvimento sustentável e geração de renda sem depredação dos recursos naturais”.

Este projeto de sequestro de carbono, assinado pelos Suruí com a empresa de cosméticos Natura em setembro de 2013, ganhou, recentemente, repercussão nas redes sociais e em listas de e-mails da sociedade civil devido a agressivas reações às declarações feitas pelo cacique da aldeia Sete de Setembro, Henrique Suruí, em uma entrevista publicada no Porantim (jornal do Conselho Indigenista Missionário – Cimi). Dentre outras críticas, Henrique afirma que o projeto causou a divisão do seu povo, modificou o modo de vida tradicional e que o povo foi iludido com falsas promessas de melhoria de vida e de recursos financeiros, como uma compensação pela preservação da floresta. Leia a entrevista aqui.

Em dezembro, a Associação Metareilá do povo Suruí, Almir Suruí, cacique-geral do povo e um dos responsáveis pelo projeto, e Júlio Suruí, membro do Parlamento Suruí, desqualificaram as declarações do cacique Henrique Suruí, o Cimi, o Porantim e a jornalista, responsável pela edição, Patrícia Bonilha. A Coordenação da Padereehj, que representa os povos Arara-Karo, Gavião-Ikólóéhj e nove povos da Terra Indígena Rio Branco, em Rondônia, soltou uma carta de repúdio, reagindo à declaração de Henrique segundo a qual recursos do projeto Suruí estariam sendo gastos para cooptar lideranças destes povos, dentre outros, e convencê-las a também fazer projetos de carbono.

Diante das acusações feitas a Henrique Suruí e ao Cimi, quatro associações (das sete existentes), dez caciques e importantes lideranças do povo Suruí esclarecem no documento algumas das principais questões abordadas na entrevista ao Porantim, reforçam afirmações de Henrique e apresentam novos elementos críticos ao projeto:

* as promessas de melhoria de vida do povo Suruí revelaram-se falsas e ilusórias, o que levou alguns indígenas a uma situação de extrema dificuldade e, até mesmo, à fome;

CONT.



- * a criação de associações para participarem do projeto gerou maior divisão do povo;
- * a divisão de responsabilidades por áreas (agricultura, educação, saúde, meio ambiente, cultura e turismo) entre as associações não foi cumprida – ao invés disso, departamentos foram criados dentro da Associação Metareilá, o que, diminuiu a atuação e autonomia das outras associações clônicas dentro do Fundo Suruí;
- * os pagamentos acordados não foram realizados;
- * a discrepância enorme entre o valor que o Fundo Suruí recebeu e o valor repassado para as associações; além do fato da Associação Gãgbir (que desde 2010 é crítica ao projeto) não ter recebido nenhum recurso;
- * a falta de transparência na prestação de contas e os pedidos a lideranças para assinarem recibos de valores que as associações não receberam;
- * a ausência de respostas aos questionamentos em relação à gestão do projeto;
- * as retaliações e ofensas sofridas pelas associações por estes questionamentos;
- * a falta de diálogo com Almir Suruí.

No documento, as lideranças também denunciam o fato de que uma auditoria independente foi feita, mas visitou apenas quatro comunidades escolhidas pelos gestores do projeto, de um total de 25. "Entrevistando os indígenas previamente escolhidos para falarem sobre os benefícios do projeto", pontuam as lideranças que assinam a nota.

Elas afirmam também que "Quando começaram as discussões a respeito desses temas, havia a participação de quase cem por cento do povo", no entanto, questionam agora o que o projeto trouxe de melhoria na qualidade de vida dos Paiter. Por telefone, Celso Natin Suruí garante que a maior parte do seu povo é hoje contra o projeto de carbono e ele reforça a sugestão feita pelas lideranças na Carta: "Seria bom os jornalistas visitarem as aldeias verificando a realidade em que as mesmas se encontram".

Em relação às acusações de comercialização ilegal de madeira, as lideranças afirmam que "Henrique Iabaday Suruí não promove a venda ilegal de madeira na Terra Indígena Sete de Setembro, a decisão de vender madeira é de cada um que realiza essa atividade. Não apoiamos esta atividade ilegal...".

Leia a Carta de Esclarecimento encaminhada por lideranças do povo Paiter Suruí ao MPF-RO para que investigue a execução do projeto e ao Cimi, com pedido de que ajude na divulgação dos esclarecimentos e da decisão das lideranças de extinção do Projeto de Carbono Paiter Suruí.

Autor: Chris Lang

Fonte: O Nortão



Projeto de educação indígena visa a capacitação de professores, em RO

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 14.01.2015

*Terceira edição de projeto foi lançada no município de Presidente Médici.
No último ano 136 alunos indígenas se formaram no ensino médio.*

A abertura da terceira edição do Projeto Açaí de educação indígena aconteceu na última segunda-feira (12), em Presidente Médici , e contou com a participação do procurador da república Daniel Dalberto, da secretária estadual de educação Fátima Gavioli, representantes da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e 120 alunos indígenas de mais de 30 etnias.

O Projeto Açaí é voltado para a formação de professores de educação infantil e das séries iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental, preservando a diversidade linguística, intercultural e histórica das etnias.

De acordo com a Seduc, no último ano, 136 alunos indígenas se formaram no ensino médio. Estes podem atuar como professores de ensino fundamental. Uma das modalidades mais importantes do projeto é o aprendizado da língua materna. As aulas são bilíngues e, preferencialmente, ministradas por professores indígenas.



População atingida por Belo Monte poderá recorrer à câmara de conciliação e ouvidoria

SÍTIO JUS BRASIL, 14.01.2015

As instâncias, criadas por sugestão do Ministério Público Federal, vão permitir que os casos hoje analisados unicamente pela Norte Energia SA sejam discutidos por várias instituições

O Ministério Público Federal (MPF) realizou ontem, no Centro de Convenções de Altamira, a primeira reunião da Câmara de Conciliação sobre o deslocamento compulsório dos atingidos pela usina hidrelétrica de Belo Monte. A Câmara foi criada em novembro do ano passado, após audiência pública em que os atingidos denunciaram falhas no processo de reassentamento de cerca de 9 mil famílias na cidade.

Na reunião, o MPF comunicou que abriu procedimento investigativo sobre a situação de ribeirinhos, pescadores e indígenas que usam moradias sazonais na periferia de Altamira, mas não estão sendo contemplados pelo reassentamento. Os problemas do reassentamento estão entre as reivindicações do movimento que bloqueou a rodovia Transamazônica essa semana, impedindo a passagem de veículos para as obras da usina. Os manifestantes reivindicam ser reassentados em áreas próximas ao rio, de onde tiram a subsistência. Após 3 dias de protesto, eles suspenderam o bloqueio, mas ainda não tiveram as reivindicações atendidas.

A proposta de uma Câmara para funcionar como instância de negociação objetiva assegurar mais isonomia no tratamento da questão do reassentamento já que, até então, os atingidos não dispunham de acompanhamento jurídico nas negociações com a Norte Energia SA, responsável pela obra. Agora, além da Câmara, a Defensoria Pública da União (DPU) também vai atuar na cidade a partir do dia 19 de janeiro.

Na reunião de ontem, estiveram presentes representantes da sociedade civil, da Defensoria Pública da União, da Presidência da República, do Ibama e Funai. "A reunião teve por objetivo dar transparência ao processo de criação deste espaço interinstitucional de diálogo e garantir a participação de todos os envolvidos", diz a procuradora da República Thais Santi, de Altamira.

Os presentes manifestaram-se sobre os contornos que entendem deveria ter a Câmara, sendo destacada a importância de que seja criada uma Ouvidoria para colher e qualificar a demanda e de que a sociedade tenha representantes do núcleo urbano, de indígenas e de ribeirinhos. Como encaminhamento, foi agendada reunião para o próximo dia 21 de janeiro, para criação da Ouvidoria e início dos trabalhos de avaliação da demanda.

Até o próximo dia 20 de janeiro, o MPF vai receber, por e-mail, sugestões da sociedade civil sobre o funcionamento da Câmara de Conciliação. A Norte Energia não estava presente na reunião, mas recebeu um ofício solicitando que apresente propostas para a Câmara e esclareça

CONT.



como quer participar. A empresa, na audiência pública de novembro de 2014, aceitou publicamente participar da nova instância.

“É urgente o início das atividades. Na audiência pública, diante daqueles inúmeros impasses foi obtido consenso sobre a necessidade de levar esses casos a um espaço interinstitucional de diálogo. Com isso, ao mesmo tempo em que a Norte Energia e o Governo Federal se comprometeram publicamente a participar da câmara e o Ibama anuiu com a instituição deste espaço, o MPF e a DPU deixaram de requerer a intervenção judicial no processo de reassentamento. Agora, nesta primeira reunião, a opção pelo diálogo foi reafirmada por todos os presentes, restando apenas a definição de como será a composição e como se dará o funcionamento da Câmara”, explica a procuradora Thais Santi.

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
(91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708
prpa-ascom@mpf.mp.br
www.prpa.mpf.mp.br
[www.twitter.com/MPF_PA](https://twitter.com/MPF_PA)



Boletim de Notícias - Edição nº 6/ 2015

Brasília, 14 de janeiro de 2015.

Secretaria estuda meios de ter jogos indígenas no AM

SÍTIO REDE AMAZÔNICA, 14.01.2015

Há três anos, projeto passa por avaliação

Por Bom dia Amazônia
Da Redação AM

A possibilidade de os Jogos Indígenas do Amazonas ser realizada na capital do estado, está cada vez mais próxima. O Bom Dia Amazônia destacou esse assunto na edição desta quarta-feira (14).



A previsão é que o evento aconteça na primeira quinzena de agosto. O futebol, canoagem e arco e flecha, são algumas das modalidades da competição. Cerca de dez cidades já sinalizaram o interesse em participar dos jogos indígenas, no Amazonas.

[Confira no vídeo.](#)